

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

FAUSTO, Boris. Boris Fausto II (depoimento, 2010). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 18min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPQ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Boris Fausto II
(depoimento, 2010)**

Rio de Janeiro

2019

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro ; Paulo Roberto Ribeiro Fontes;

Técnico de gravação: Bernardo de Paola Bortolotti Faria; Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 20/08/2010 a 20/08/2010

Duração: 1h 18min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Cientistas sociais de países de Língua Portuguesa: histórias de vida”, com financiamento do Programa de Cooperação em matéria de Ciências Sociais para os países da comunidade de Língua Portuguesa (Programa Ciências Sociais CPLP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Para ter acesso à transcrição e ao vídeo da entrevista [clique aqui](#).

Temas: Anarquismo; Assuntos familiares; Boris Fausto; Carreira acadêmica; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa; Criminalidade; Faculdade de Direito de São Paulo; Formação acadêmica; Francisco Weffort; História; Historiografia; Imigração; Judaísmo; Militância política; Obras de referência; Partido Socialista Brasileiro - PSB; Pesquisa científica e tecnológica; Política; Redemocratização de 1945; Revolução de 1930; Sionismo; Socialismo;

Sumário

Entrevista: 20.08.2010 Origens e formação; nascimento em São Paulo no ano de 1930; a origem judaica; a Faculdade de Direito, no Largo de São Francisco; o curso de história nos anos de 1960; atuação profissional como advogado da Universidade de São Paulo (USP); a trajetória acadêmica; militância política; a origem do interesse pela política; a influência do avô no gosto pela leitura; o engajamento nas eleições presidenciais de 1945; passagem pelo socialismo; a entrada no Partido Socialista Brasileiro (PSB); a influência do sionismo na esquerda judaica; a aproximação com o trotskismo; o afastamento das atividades políticas, a partir de 1963; a carreira acadêmica; o término do curso de história, em 1965; o curso de mestrado e a escolha do tema da Revolução de 1930; a carreira como pesquisador; o trabalho em torno da Revolução de 1930; as fontes da pesquisa; a influência do pensamento trotskista no trabalho; articulações entre a pesquisa de Boris Fausto e de Francisco Weffort; o término do doutorado em 1968; repercussões do livro A Revolução de 1930: o caráter ensaístico, publicação e prestígio até os dias de hoje; debate com o cientista político Wanderley Guilherme dos Santos; o livro Trabalho urbano e conflito social: resultado de uma desilusão; o interesse pelo estudo do anarquismo e a sua influência na construção do livro; a simpatia pelo tema da criminalidade; a construção dos livros Crime e cotidiano e Crime no restaurante chinês: diferenças e semelhanças entre as duas obras; o investimento nos debates sobre imigração; a imigração como tema familiar; breve menção ao livro autobiográfico Negócios e ócios; a relação com os países da comunidade de língua portuguesa; a importância dos historiadores portugueses para se entender o Brasil colonial; a influência dos historiadores franceses e ingleses na sua formação; a relação com o professor Joaquim Barradas de Carvalho; o campo da historiografia brasileira hoje.....

Entrevista: 20/08/2010

P.F. – Então, professor, como a gente estava dizendo, eu gostaria que o senhor começasse contando um pouco dos dados biográficos do senhor, onde o senhor nasceu, e como que isso de alguma forma se relaciona com a sua formação profissional.

B.F. – Eu nasci em São Paulo, em dezembro de 1930, ano em que ocorreu uma revolução sobre a qual eu escrevi um livro. Depois passei para outros assuntos. A minha origem é de uma família judaica não religiosa, e isso, me parece, tem a ver com uma valorização do estudo muito grande na minha casa. Não havia ancestrais intelectuais, mas havia essa valorização do saber. A frase que era muito comum, não só na minha casa, era: “Se você tiver que mudar de país, você leva consigo uma coisa que ninguém pode te tirar, que é o conhecimento.” Eu fiz a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, me formei em 1953, portanto, com 23 anos, e passei a exercer a advocacia privada por algum tempo, e muito incentivado pela minha mulher, Cynira, eu resolvi fazer o curso de História, porque eu gostava muito de História e achava que o Direito era apenas uma via de sustento, uma via profissional, mas o meu gosto era a História. Então, eu fiz a História bem depois de ter feito o curso de Direito – isso nos anos 1960. Mas, por uma série de razões, inclusive pela emergência, ou pelo golpe de 1964, eu acabei ficando num cargo, por concurso, de consultor jurídico da Universidade de São Paulo, da USP. Então, eu passei um bom período da vida profissional como advogado da USP. Só depois desse período, depois que eu me aposentei da Consultoria Jurídica da USP, foi que eu fiz uma experiência de dez anos como professor no Departamento de Ciência Política, e não da História. De forma que muita gente pensa que eu estou ligado à História, fui ligado à História, que sempre fui historiador, e não é bem verdade. Eu fui historiador, além de advogado.

P.F. – Pelo que o senhor conta, a trajetória do senhor é um pouco atípica, digamos assim, de alguns dos... O senhor diria que ela é um pouco atípica dos historiadores da geração do senhor? E se for atípica, o quanto o fato de o senhor navegar nessa interdisciplinaridade, o fato de o senhor ter feito Direito e depois História e ter dado aula de Ciência Política, o quanto isso influenciou o trabalho do senhor em alguma medida?

B.F. – Olha, eu acho que, na minha geração, eu já fui uma exceção. As carreiras começaram a se profissionalizar, a pós-graduação foi instituída, as pessoas iam ser professores. Essa era a alternativa. Eu me comparo um pouco com os que vieram antes: os historiadores do passado, raros deles eram professores, até porque o sistema de ensino era muito mais restrito. De que maneira esse percurso me influenciou? Acho que teve uma influência no sentido da liberdade, do que fazer, do que escrever, do que optar. Porque embora eu tenha feito doutoramento, livre-docência, mestrado, enquanto era consultor da USP, embora eu tenha feito isso, eu fiz tudo isso com muita liberdade, porque os meus orientadores eram orientadores um pouco entre aspas, já que eu não tinha um comprometimento de carreira. Outra coisa que pode... Agora, há um outro aspecto, que é um aspecto negativo: como eu não era professor, a minha possibilidade de pesquisar por um tempo longo fora de São Paulo era muito restrita. Eu tinha que explicar – e o meu chefe contribuiu muito para isso, o Fábio Prado, meu amigo até hoje –, eu tinha que explicar longamente porque eu queria, sendo advogado da Consultoria Jurídica, passar dois meses da Inglaterra, num centro de História. Não era fácil e nem havia muita simpatia pelo meu nome, por parte dos ocupantes da Reitoria, todos eles, depois do golpe. Então isso me limitou. Isso limitou muito o meu campo de atuação. Daí que essa seja uma das razões pelas quais eu me concentrei muito em estudos em torno de São Paulo, tendo por objeto São Paulo. Não todos, mas São Paulo vai aparecendo, de uma forma ou de outra, nos meus trabalhos. E a razão não é só essa, é claro; a razão é que, também, eu tenho uma profunda ligação com a cidade. Mas a dificuldade de me movimentar fora desse circuito pesou muito.

L.R. – E a decisão de ter cursado História durante a ditadura? O fato de toda a...? Ou melhor: toda a movimentação política de alguma forma contribuiu para a escolha da História? Ou não?

B.F. – Não, porque eu já gostava de História desde menino. No velho ginásio, eu gostava de História; no colegial, eu gostava de História. Tive uma professora no colegial que representou um incentivo muito grande, que foi a Emília Viotti da Costa, que veio a ser professora da faculdade e foi, também, minha professora na faculdade. Então, o meu gosto por história vem muito antes do golpe e muito antes da fermentação.

P.F. – Mas talvez valesse a pena o senhor falar um pouco sobre... O senhor pega esse período bastante de fermentação política do pré-1964 e o senhor teve uma militância, uma atuação política. O senhor podia falar um pouco disso para nós?

B.F. – Posso falar. Eu fui... Bom, eu fiz um percurso... Eu comecei... Aí há um aspecto interessante: como é que se deu o meu interesse pela política? O interesse pela política veio muito cedo e de uma forma muito curiosa. Eu tinha um avô cego – foi progressivamente ficando cego –, e ele era um leitor, sem fazer propaganda, ele era um leitor diário d’*O Estado de S. Paulo*, que na época – estou falando de 1936, por aí –, na época, era um jornal que se concentrava nos temas internacionais. Entrar um tema nacional na primeira página era uma coisa raríssima. Precisava ser um fato muito decisivo ou importante para aparecer na primeira página. Bom, o que aconteceu? Eu me alfabetizei muito cedo e o meu avô me pegou para ler o jornal para ele, coisa que eu fazia com prazer. Eu me lembro de estar... Por exemplo, a Guerra da Espanha, a primeira vez que eu ouvi falar na Guerra da Espanha, ou a primeira vez que eu li sobre a Guerra da Espanha, sem entender muito, foi no *Estadão*, para o meu avô. Então, esse interesse histórico, não digo que esse foi o fator desencadeante, mas contribuiu bastante. Tanto que é a primeira coisa que eu digo para vocês. Vem à memória esse fato. Então, o ambiente de casa também, embora as pessoas não participassem da vida política – eram todos estrangeiros –, o ambiente de casa ferveu muito durante a Segunda Guerra Mundial, porque numa casa de judeus, você não está jogando qualquer coisa; você está jogando a vida. A partir de 1945, então, eu tive, não uma militância política, mas um acompanhamento da política. Só para dar um exemplo, em 1945, eu torci pela vitória do brigadeiro Eduardo Gomes e, ao mesmo tempo, tinha uma enorme simpatia pelo Prestes e achava... Não entendia por que o Prestes não apoiava o brigadeiro. Depois eu achei aquilo uma criancice. Mas não era tão criancice assim, porque houve uma tendência – derrotada – no PCB que queria uma aproximação com a tão malsinada UDN, como viria a ser no futuro. Não vingou. Mas, quer dizer, era uma opção que estava aí no ar. Bom, daí eu passei brevemente pelo socialismo, e daí eu fui radicalizando e me tornei trotskista.

P.F. – Socialismo, o PSB, o partido?

B.F. – É, pelo PSB, que era muito diferente do que é hoje: era um partido de pouca gente e era um partido com muitos intelectuais. E eu me lembro que entrei e, brevemente, falei para uma das pessoas que tinha me introduzido, eu disse: “Ah, o problema é que o partido precisa se abrir mais. O partido é muito fechado. Ele precisa ter um laço social.” E ele disse: “Não, assim é melhor, porque assim a gente controla a qualidade das pessoas.” Bom, era clube; não era partido.

P.F. – Mas a entrada do senhor via PSB tem a ver com alguma organização judaica?

B.F. – Não, não.

P.F. – Porque existia, não é? O Paul Singer, por exemplo, fala um pouco sobre isso. Mas no caso do senhor, não?

B.F. – Não, não. Aí é uma boa pergunta, essa, porque o sionismo teve bastante influência na minha época e nos meios de esquerda judaica, os grupos comunistas e os grupos socialistas, e havia a grande ilusão de emigrar e ir para os *kibutz*, levar uma vida igualitária, rural, fazer os trabalhos de campo. Eu até que, sob um certo aspecto, eu gostaria, porque eu aprenderia trabalhos manuais que me fazem muita falta hoje. [risos] Mas, fora daí, não me encantaria muito. Mas eu nunca fui atraído por... Realmente, eu nunca fui atraído pelo sionismo. Não estou falando que sou contra o Estado de Israel, mas, realmente, o sionismo nunca foi o meu encanto. E logo eu embarquei numa tendência internacionalista, daí o sionismo ficou inteiramente à margem.

P.F. – E esse caminho do socialismo para o trotskismo, foi como isso? Tem alguma influência? Foi o Pedrosa talvez?

B.F. – Não, não. Eu nem conhecia o Pedrosa.

P.F. – Não?

B.F. – Não. Foi...

P.F. – O Abramo?

B.F. – Também não. Essa gente já tinha saído. Isso... Bom, é engraçado porque eu queria laços amplos, eu critiquei o PSB porque ele era um clube e eu acabei indo para um clube ainda mais fechado. Mas aí é o peso da ideologia. Porque no socialismo, não dava para acreditar muito, no socialismo democrático. Naquela época. Hoje eu penso de uma maneira muito diferente. No radicalismo trotskista, dava para viver uma utopia, uma utopia não realizável – e se realizada, não seria lá grande coisa, boa coisa. Mas então, seja como for, a ideologia me fez me fechar mais ainda, nesse sentido dos laços com a sociedade e com os movimentos sociais e tal. Embora a gente fosse periférico dos movimentos sociais. A gente ia a assembleias de metalúrgicos, ia a todos os lugares; muitas vezes, expulsos como traidores, agentes do imperialismo, sei lá, as piores coisas. Essa história do trotskismo, é curioso, porque veio por uma via intelectual: eu e meu irmão Ruy começamos a ler o Trotski, assim, meio por acaso. A gente achava que alguma coisa estava errada na União Soviética. A União Soviética, naquele tempo, para o pessoal de esquerda, era o paraíso na Terra. E a gente começou a achar que havia coisas erradas e começamos a ler o Trotski e ficamos inteiramente encantados com o que ele dizia e com o pensamento dele. Aliás, ele era um grande escritor. Bom, aí eu lia, na Faculdade de Direito, eu levava livros, e um dia, eu estava lendo *A revolução traída*, numa daquelas aulas aborrecidas lá, bem no fundo, e um colega que se chamava – já morreu – Sebastião Simões de Lima, na saída, me perguntou: “Você é trotskista?” Eu disse: “Não sei. Eu admiro o Trotski. Eu leio os livros do Trotski.” E aí ele me introduziu nas micro células do trotskismo. E aí eu fiquei... militei até 1963, mais ou menos. É, mais ou menos 1963. Quando houve a...

P.F. – O senhor entrou, então, mais ou menos em...

B.F. – [Fiquei] uns dez anos.

P.F. – Uns dez anos.

B.F. – Em 1963, eu... Uma coisa que me fez sair foram as cisões do trotskismo e porque havia... Não sei se vale a pena a gente ficar falando da história do trotskismo, mas havia, como sempre, duas igrejas: a igreja latino-americana e os europeus. Os europeus eram muito mais cultivados, tinham mais capacidade como autores, mais inseridos na sociedade, e os sul-americanos eram mais aguerridos, vamos dizer assim, mas bem menos atraentes, do ponto de vista intelectual. Quando houve uma ruptura entre essas duas facções, eu senti que aquilo não ia dar certo. Quer dizer, eu apostava na existência de um pequeno grupo internacional homogêneo. Quando esse grupo se quebrou, e começou a se quebrar, e tinha uma história anterior de cisões, eu olhei, “bom, isto é uma recaída inevitável”, e eu comecei também a duvidar dos pontos de vista, das ideias do trotskismo. Quando eu saí, em 1963, embora eu tivesse alguns contatos, essa história de gente que vem te visitar para tentar recuperar o companheiro que está se extraviando e tal, mas quando eu saí, começou... foi muito coincidente com a efervescência dos anos pré-golpe e reformas de base e tal, tal, tal. Aí eu tive um momento de lucidez, porque realmente eu achei que aquilo não ia dar certo e achei que aquilo ia acabar mal. Aí, o que eu fiz foi me afastar muito de qualquer atividade política, um pouco esperando que as coisas dessem... acreditando que as coisas iam dar errado, como deram. Então, essa é história. Depois tem uma passagem... A gente vai se curando da doença infantil, mesmo com idade madura. Não sei o que vocês pensam, mas eu tenho o direito de falar, como entrevistado. E daí eu fui reforçando as minhas convicções democráticas. Pode-se dizer que, um pouco para cá e um pouco para lá, essas convicções já duram 40 anos, o que não é pouco.

P.F. – Talvez a gente possa voltar um pouco para...

L.R. – Para a formação, não é?

P.F. – É, para a formação. O senhor termina o curso de História em que ano exatamente?

B.F. – Em 1965.

P.F. – 1965...

B.F. – Já tendo ocorrido o golpe.

P.F. – Certo. E aí, como que é essa passagem do final do curso de História para a pesquisa exatamente? O senhor já contou para a gente aqui um pouco das dificuldades de fazer pesquisa com a situação profissional que o senhor tinha. Mas como que o senhor decide? Porque, a princípio, o curso de história foi mais um certo...

L.R. – Um *hobby*. Uma profissionalização num gosto que o senhor já tinha.

P.F. – Que já tinha. Mas, aparentemente, não era uma decisão de profissionalização. E o senhor passa do curso para a pesquisa logo na sequência. Como que foi isso?

B.F. – Aí aconteceu o seguinte: a perspectiva de eu virar professor no curso de história e mudar inteiramente de rumo, apareceu logo no começo do curso, porque eu era mais maduro e era diferenciado da maioria dos alunos. E, no primeiro ano, a Emília Viotti dava um curso de introdução aos estudos históricos e ela me disse: “Olha, faz logo esse curso porque eu quero te contratar. Eu quero te contratar. Você tem que vir para cá.” Então, isso estava no horizonte. Eu pretendia e tal. Daí veio o golpe. O golpe tornou impossível a minha ida para qualquer outro lugar, a não ser a Consultoria Jurídica da USP, onde eu me equilibrei com muita dificuldade. Eu tinha um amigo, já falecido, professor de Literatura, que dizia... era um português e dizia: “Oh, Boris Fausto, tu estás na corda bamba; algum dia tu vais cair.” Não caí. Eu não caí por circunstâncias, por sorte, pelo apoio da chefia, tudo isso. Bom, daí, como ficou de lado a ideia de me tornar professor, veio a ideia, eu disse: “Bom, eu faço os títulos da carreira acadêmica possíveis. Mas vou fazer os títulos não pelos títulos; eu vou fazer aquilo que eu tenho vontade de fazer.” Isso foi uma grande vantagem para mim. Então eu peguei a célebre Revolução de 1930, pela qual eu sou conhecido até hoje, depois de ter escrito muitas outras coisas, eu peguei a Revolução de 1930 por razões políticas. Eu digo no livro. Porque havia uma versão da Revolução de 1930 como a revolução da burguesia nacional, a versão do PC, e que tinha como maior nome o Nelson Werneck Sodré. Bom, aí eu pensei em escrever, de um outro ângulo, uma história detalhada da Revolução de 1930, fazendo a narrativa e fazendo uma interpretação. Daí apareceu o limite: eu não poderia fazer isso sem ir ao Rio Grande do Sul e ficar algum tempo no Rio Grande do Sul, sem ver os arquivos no Rio. Eu não tinha condições profissionais de fazer isso. Então eu boleei uma coisa em que a narrativa entrava um pouco, mas em que o

peso era a discussão, “qual é o significado da revolução?”, porque isso eu podia fazer sentado aqui nessa mesa e com os recursos, naturalmente, que existiam na cidade. Foi aí que eu... Foi o meu primeiro livro. Foi aí que eu comecei. Foi assim que eu comecei.

L.R. – Então o senhor tributa essa ida para a área acadêmica, fazer o mestrado, se profissionalizar nesse sentido, muito mais por um gosto pela História do que por uma perspectiva eminentemente profissional, de uma carreira acadêmica?

B.F. – É como eu... Resumindo aquilo que eu falei, eu entrei querendo estudar, realmente pelo gosto pela História. O Fernando Novais, que foi meu colega lá... Aliás, foi meu professor na faculdade, embora ele seja mais novo do que eu. O Fernando Novais me orientou muito a respeito de o que eu podia esperar do curso de História. Então eu entrei no curso de História sem nenhuma ilusão. E ele estava correto ao dizer: “Se você quiser sistematizar bibliografia, ideias e correr em faixa própria, pode servir para você”. E foi isso que aconteceu. Agora, ficou no horizonte a coisa de ser professor, porque eu tinha um convite desde o primeiro ano. Não por grande mérito, nada; porque eu era um personagem formado, formado em direito, que lia muita coisa, já tinha lido muita coisa. E, com uma ou outra exceção, havia um bando de meninas, com todo o respeito pelas meninas, que estavam ali fazendo um curso que era fácil de entrar e tal. Bom, então, o que eu poderia te dizer é que o meu gosto era muito mais pela História do que a História como profissão. Tanto assim que quando foi barrada a possibilidade de eu ser professor, eu fui fazer pesquisa, e passei muitos anos não querendo ser professor.

P.F. – Então vamos falar um pouco desse trabalho em torno da Revolução de 1930 que, como o senhor mesmo disse, é um dos quais o senhor é mais conhecido. Que tipo de fontes, então...? O senhor falou que se apoiou muito na narrativa e tinha um pouco um debate teórico, digamos assim, de interpretação sobre a revolução que estava em jogo ali, que o senhor tinha interesse em questionar. Então, como o senhor disse que esse era um trabalho possível de ser feito aqui, naquele momento, que tipo de fontes o senhor articulou para fazer o trabalho? Como é que foi esse trabalho, digamos, de historiador mais *stricto sensu*?

B.F. – Olha, foi um trabalho basicamente de leitura de...

P.F. – De relatos?

B.F. – Ou de relatos ou de interpretações. Mas sobretudo de relatos da época.

P.F. – Memorialística?

B.F. – Memorialística. Se você quiser um exemplo, o livro do Juarez Távora, que se chama *À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira*. Esse é um exemplo. Eu li muito essa coisa de memórias voltadas para o período, para entender um pouco a ideologia dos tenentes, que me interessava muito: o Virgínio Santa Rosa, que foi um inovador, com *O sentido do tenentismo*. Mas tinha aquela vinculação de classe: era um movimento de classe média. Tudo isso me serviu para tentar mostrar que a relação entre aquele episódio e as classes sociais não era simples e não era uma relação de causa e efeito.

P.F. – Certo. Tem um mestrando, mestre agora, que fez uma tese na UFF, uma dissertação na UFF interessante, porque ele tenta, de certa forma, articular o livro do senhor e o livro do Francisco Weffort, que são mais ou menos... os trabalhos do Weffort, que são mais ou menos contemporâneos, a uma interpretação onde, de certa forma, o trotskismo tem algum peso, ou uma certa interpretação de como o Trotski pensa questões como o vazio de poder e conflito entre classes. O senhor acha que isso tem algum sentido, essa explicação que esse rapaz dá? Eu li um artigo dele e aí fiquei curioso de perguntar.

B.F. – Eu não li. Não, certamente, com relação a mim... Eu não posso falar pelo Weffort. O Weffort nunca foi trotskista. Quanto o Trotski possa ter influenciado o Weffort, eu não sei. Eu acho até meio curioso fazer essa imputação.

P.F. – Pensar isso.

B.F. – É, pensar nisso. Entre parênteses, uma vez eu fiz uma crítica ao Lula e o falecido Antônio Carlos Magalhães falou no Congresso, no Senado, que “até um historiador petista como o Boris Fausto, de São Paulo, o critica”, e eu nunca fui petista. Então, eu não sei bem. Com relação ao Weffort, é ele quem pode dizer.

P.F. – Claro.

B.F. – Com relação a mim, é claro que a influência do pensamento trotskista foi muito forte. Porque o que que era? Era a negação do papel progressista da burguesia nacional; a ideia de revolução permanente. Tudo isso estava, digamos, subjacente àquele meu discurso da época. Esse foi um livro que teve realmente inspiração política, que foi uma espécie, assim, de acerto de contas intelectual com um período.

P.F. – É, talvez a vinculação que ele faça ao Weffort... Eu não li o trabalho inteiro do Felipe, mas imagino que tenha a ver um pouco com uma certa coincidência de acerto de contas, do ponto de vista político, que o trabalho do Weffort também traz em relação ao PC. E, de certa forma, o trabalho do senhor e do Weffort compartilham de algumas coisas similares: a ideia, por exemplo, de vazio de poder, que está no Weffort, também está no trabalho do senhor. Então, a pergunta que eu faço é assim: havia um diálogo entre vocês nesse período? Onde que ele se dava? Como é que isso ocorreu?

B.F. – É, boa pergunta. Essas coincidências não são coincidências ocasionais. Na realidade...

P.F. – Freud diria que não existem coincidências. Então, pode... [riso]

B.F. – É verdade. Eu tinha um diálogo bastante constante com o Weffort, e se formou um grupo no Cebrap que se propunha a estudar a classe operária, e eu me lembro do Weffort se perguntando: “Afinal de contas, se falou tanto em classe operária, por que essa classe operária que, se esperava, ia combater os golpistas, ia enfrentar o imperialismo, essa classe operária não fez isso? Então, que classe operária é essa?” E daí, no meio dessa discussão, desses encontros, nós resolvemos escrever uma coisa que fosse histórica. Eu disse: “Eu prefiro fazer períodos antigos, passados”, porque eu já estava mordido pela curiosidade pelo anarquismo, que era uma coisa mitificada, mas que ninguém sabia o que era. Aí, bem coisa de cabeça de historiador: tem um brinquedinho aí que eu não conheço, eu quero ver como é que ele anda. E o Weffort tinha uma preocupação mais política: fazer a crítica do PC nos anos 1945, a aliança com a burguesia

e tal. Aí nós dividimos, recortamos esses períodos. Aí cada um trabalhou por conta própria. Nós acabamos nunca juntando esses trabalhos.

P.F. – Embora eles dialoguem entre si.

B.F. – É, embora dialoguem. E no começo, dialogava mesmo pessoalmente entre si. E muita coisa do Weffort... Se deve ao Weffort a ideia de Estado de compromisso e tudo isso. Foram conceitos dele que eu incorporei. Há muitas críticas agora sobre isso. Enfim, rola muita água na ponte. Eu acho que até tem pouca crítica, pelo tempo decorrido.

P.F. – E qual foi o impacto na...? O trabalho ficou pronto em 1971... em 1970, o seu, *A Revolução de 1930*?

B.F. – O *A Revolução de 1930*, a primeira edição, se eu não me engano, saiu em 1969. Eu defendi como doutoramento em 1968. E houve um coronel, que era o chefe da intervenção na USP, que disse ao diretor da Faculdade de Filosofia, ao professor Eurípedes Simões de Paula, que eles tinham arranjado – ele não entendia nada da estrutura universitária – então, ele disse que tinham arranjado uma defesa de tese para que eu me tornasse estável na universidade. Eu não ia me estabilizar com nada; eu ia me equilibrar. Foi dessa época. Eu me lembro de estar terminando o *A Revolução de 1930* em dezembro, quando veio o AI-5, em dezembro de 1968.

P.F. – Então, ainda em termos de diálogos intelectuais, a gente acabou de falar do Weffort, esse também é um período em que a discussão da teoria da dependência está começando a emergir com força. O livro do Fernando Henrique com o Faletto, se não me engano, é de 1969 ou 1970.

B.F. – É por aí.

P.F. – É mais ou menos por aí. Então, esses debates estavam circulando. De alguma forma, isso também estava nas preocupações do senhor? Isso estava um pouco circulando? Isso de alguma forma influencia o livro? O que o senhor acha disso?

B.F. – Olha, eu acho que influenciar o livro, não influencia. Agora, que a teoria da dependência estava circulando e circulando muito e teve uma longa história de vivência intelectual, teve.

P.F. – Mas influencia o senhor, digamos assim?

B.F. – A mim, eu acho que não.

P.F. – Não?

B.F. – Atualmente, não saberia dizer. Talvez alguém consiga escrever um artigo descobrindo isso, desenterrando o meu inconsciente. [risos]

P.F. – Está certo. Então, a pergunta anterior que eu estava fazendo, e já deixo a Ludmila falar um pouco, é um pouco o impacto então do... Porque sai como tese, inicialmente, e o senhor deve ter procurado tentar publicar. Não sei um pouco como é que se dá esse percurso da tese para virar livro. E aí o impacto que teve, porque, de fato, foi um trabalho inovador.

B.F. – Bom, aí foi o seguinte: eu tentei logo publicar como livro e ofereci para uma editora que achou que o momento era... não era para publicar um livro desse tipo porque poderia ser tido como subversivo. É difícil a gente imaginar por que, mas é preciso pensar o clima da época. Bom, eu fiz uma segunda tentativa, na Brasiliense, e o Caio Prado – ele estava vivo ainda – e o Caio Graco, o filho dele, gostaram, os dois gostaram bastante e publicaram o livro. Eu vou dizer que eu tive uma surpresa. Porque eu sabia que eu tinha feito uma coisa que era uma construção/desconstrução. Eu dei uma rajada de metralhadora no Nelson Werneck Sodré. Eu peço desculpas a ele. Eu manteria o que eu disse, mas em termos mais elegantes. Não era ofensivo, mas era bem duro.

P.F. – Era duro.

B.F. – Agora, isso entre parênteses, é uma brincadeira, eu fiquei muito surpreso, sem nenhuma falsa modéstia, com o prestígio que o livro tem, a tal ponto que eu fico incomodado quando de vez em quando vem uma pessoa e diz: “Ah, Boris Fausto? Eu conheço o senhor. O senhor é

aquele que escreveu *A Revolução de 1930*.” Eu escrevi em 1969. Parece que de lá para cá eu não fiz mais nada.

L.R. – Mas o senhor está dizendo do debate com o Nelson Sodré. E com o Wanderley Guilherme, não teve um debate? Porque o senhor também, em certa medida, critica um pouco a abordagem que ele tinha sobre a Revolução de 1930.

B.F. – Ah, entra também. Entrou o Wanderley. Mas o Wanderley mudou tanto que... Eu me lembro de o Wanderley dizer: “É, você tem razão, eu *pensava* daquele jeito.” Qualquer coisa por aí. [risos] “Não vamos discutir porque você não tem mais...”

L.R. – Não vamos brigar por bobagem. [riso]

B.F. – “Você não tem mais esse adversário.”

L.R. – Então, acaba que o Wanderley revisa o pensamento em razão da publicação da sua obra?

B.F. – Não diria tanto assim. Mas eu acho que ele foi revisando por conta própria, também. Ali tem uma referência a ele. Não tenho essa pretensão de ter influído numa reviravolta na cabeça dele.

P.F. – Mas eu diria que... O senhor está falando da surpresa do senhor com o impacto do livro, e aí eu faria duas perguntas. A primeira é: de certa forma, talvez o livro respondesse a uma demanda daquele período sobre 1930. A gente está falando também de um período em que historiadores não estudavam períodos tão recentes. Em 1970, para 1930, eram 40 anos. Esse debate todo de História recente e História do tempo presente é um debate quase de agora, e o senhor estava já, como historiador, pegando um tema muito contemporâneo. Embora o senhor mesmo diga que fosse do passado, mas na época era considerado, certamente, contemporâneo. O senhor diria que o impacto do livro, então, se deu mais nos cientistas políticos e na Sociologia e menos no campo da História, naquele momento? Ou não necessariamente?

B.F. – Olha, eu acho que se deu mais no campo da sociologia do que no campo da história. Porque, afinal de contas, se você pegar os cânones da História – o cuidado com as fontes, uma quantidade enorme de fontes e tal –, o livro carece disso.

P.F. – É ensaístico nisso.

B.F. – O livro é ensaístico.

P.F. – É ensaístico.

B.F. – É deliberadamente ensaístico. Eu vou contar aqui um pequeno segredo. Não um pequeno segredo; uma pequena história. Eu pretendia apresentar como tese de mestrado, e alguns professores da USP me disseram: “Olha, você é uma pessoa madura. Faz um trabalhinho de mestrado”, naquele tempo, o mestrado era uma coisa muito simples, depois complicou, “faz e apresenta isso como doutoramento, porque aí tem ideias originais. Não se pode exigir de você o que se exige de um menino que está começando, um estudante que está começando.” Então, o livro tem essas características ensaísticas e pegou mais, por isso mesmo, pegou mais a área da Sociologia.

P.F. – Mas, ao mesmo tempo, ele também tinha essa perspectiva política. Porque a geração do final dos anos 1960 e 1970 está, de certa forma, tentando explicar o golpe de 1964. O senhor mesmo citou isso aqui, nas palavras do Weffort. E o livro ajuda, mesmo falando de 1930, ele ajuda a entender um período mais largo da nossa história. Então, quando eu digo que ele responde a uma demanda daquele período, é nesse sentido de que ele dá conta, do ponto de vista histórico, de... Ele soma numa série de críticas que estavam sendo feitas, especialmente à esquerda, especialmente ao PC, no caso.

B.F. – Eu acho que você tem toda a razão. Tem toda a razão. Eu acho que uma das razões do êxito foi essa. Agora, é curioso que o livro continua sendo vendido ao longo dos anos, quando essa discussão da interpretação do PC já tinha desaparecido. Eu tenho a impressão que aí também tem... Quando entra em canais de escola, de comunicação, de professores que apontam e tal, aquilo vai rolando, vai continuando. Mas eu estou inteiramente de acordo com o que você

disse aí, eu acho que o êxito inicial tem muito a ver com as preocupações da época, preocupações de leitores de esquerda na época. E tem essa coisa de invadir o que parecia história contemporânea. Hoje se faz história até do dia anterior, mas nessa época... Havia um professor no Departamento de História que dizia: “A história se conta até o fim da monarquia; daí para frente é política.” [risos]

P.F. – Então, nessa linha, deixa só eu pegar mais um ponto que eu acho que é interessante, porque, de certa forma, esse livro acabou se tornando um livro canônico sobre a Revolução de 1930, e no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 há, agora, uma tentativa, de certa forma, debater com o livro do senhor sobre 1930. Tem o livro que ficou famoso, do Edgar de Decca, *O silêncio dos vencidos*; o Vesentini, na USP. Não era uma coisa só da Unicamp; também na USP havia um pouco essa ideia da história dos vencidos, uma certa crítica à própria ideia de revolução que está embutida no livro. Eu sei que o senhor já escreveu um artigo na *Novos estudos* respondendo um pouco sobre isso, debatendo sobre isso, mas como a gente está gravando aqui e isso é outra mídia, se o senhor pudesse falar um pouco as impressões do senhor sobre esse debate, que também já é um debate datado, sem sombra de dúvida. Mas se o senhor pudesse falar um pouco as impressões e como que, pessoalmente, o senhor sentiu aquilo, já que agora o senhor era o Nelson Werneck Sodré deles.

B.F. – Olha, eu me senti, com relação... Eu não sou contra nenhum tipo de crítica. Aliás, eu sempre gostei de que... Antes de publicar livro, eu sempre gostei que várias pessoas lessem e tal. Não é fácil. Geralmente dizem: “Não, não, você faz e tal.” Alguns livros meus foram longamente debatidos, houve críticas grandes, e muitas delas eu aceitei. Então, ressalvo esse ponto. Agora, o livro do De Decca... Eu não sei o que o De Decca pensa hoje. Eu não tenho a menor ideia. Eu não o vejo há muitos anos e o conheci, assim, muito superficialmente. Aquilo é o fruto de um ultraesquerdismo desvairado. Aquilo vai contra os fatos, aquilo vai contra a realidade. Só para dar um exemplo: pensar que o bloco operário camponês tinha possibilidades de tomar o poder. É pensar que o PSTU vai tomar o poder. Não vai. E se tomar, é grave. [risos] Então, quando vem uma coisa desse tipo, você... Eu levei tempo até para responder. Aí insistiram comigo que eu devia fazer uma coisa e tal. Depois eu fiz esse artigo que você lembrou, do Cebrap, e houve gente que disse: “Mas você foi muito suave. Você tinha que

desancar.” Não era o caso de desancar. Eu não sei se ele ainda pensa assim, ou se ele dá qualquer importância a essa visão. Eu realmente não dou.

P.F. – É, mas o ponto, também, eu acho que... Tentando situar o debate intelectual do período, porque aí já é um outro momento, diferente do final dos 1960 e início dos 1970, porque já é esse período do final dos 1970 e início dos 1980, que tem toda essa tentativa de desconstrução historiográfica e que, de certa forma, esse tema da revolução apareceu, o senhor não acha que também tem um pouco a ver...? Para além das deficiências, das supostas deficiências historiográficas do livro, tem um debate maior, eu diria.

B.F. – Tem um debate maior, quer dizer, tem uma relação com o quadro intelectual, com o clima intelectual daquele momento. Aí é interessante realmente. Eu acho que você pegou bem. Há ali uma coisa bizantina, uma discussão bizantina sobre o que é revolução; se isto é revolução; se aquilo não é; se não houver transformação, se uma classe não derruba a outra, não é revolução. Enfim, há um nominalismo aí que, como explicação, leva a muito pouca coisa, mas que era uma coisa da época. Acho que mais forte ainda era a coisa da história dos vencidos, que se converteu numa verdadeira moda. Eu acho interessante você fazer a história dos vencidos. Só que, naquele caso, os vencidos não estão estruturados. Quem é que perdeu? O bloco operário camponês? É muito pouca coisa. E se quiser fazer uma provocação, a gente diria que vencidos foram os aristocratas, na França, que perderam o pescoço. Então você pode fazer uma história dos vencidos falando dessa gente. É uma história de uma monarquia superada pela evolução e tudo mais, mas é uma história dos vencidos.

P.F. –E de lá para cá? O que senhor acha – a questão dos anos 1980, nesses últimos 30 anos já –, o que o senhor acha que a gente poderia colocar que a Revolução de 1930, os acontecimentos em torno de 1930 ainda podem ser instigantes, do ponto de vista do debate historiográfico? Tem tido várias discussões sobre continuidades e descontinuidades do pré-1930 para o pós-1930. O senhor mesmo, no prefácio da versão mais recente de *A Revolução de 1930*, cita alguns temas que o senhor revisaria, talvez. Será que o senhor poderia dar, da perspectiva do senhor, um pouco o que lhe parece inovador e interessante e, ainda, alguns temas que poderiam ser instigantes, em torno de 1930, considerando que a gente completa 80 anos da Revolução de 30 esse ano?

B.F. – Olha, como eu deixei há muito tempo de me preocupar com a Revolução de 1930, fica um pouco difícil dizer o que é que se deveria fazer. Eu acho que há uma coisa, sim, que se deveria fazer, que foi aquilo que eu sonhei lá atrás e que está maduro para fazer. Não tenho ideia de que... Não estou me recordando, pode ser que esteja cometendo alguma injustiça, não estou me recordando de que alguém tenha feito, quer dizer, uma análise interpretativa com uma narrativa sólida, fazendo um livro muito mais encorpado. Naturalmente, isso teria... Eu não diria que isso... Isso deslocaria alguns eixos. Por exemplo, não teria tanto que brigar com a interpretação burguesia nacional, etc. Eu acho que isso já era, não é? Mas teria que enriquecer coisas que na época eu conhecia pouquíssimo – eu digo isso na introdução de uma edição recente –, a história do Rio Grande do Sul, o comportamento das elites políticas gaúchas, que é algo de muita importância nesse quadro.

L.R. – Uma das maiores contribuições da sua obra é entender ou lançar mão dessa categoria que é construída pelo Weffort, mas que é muito bem utilizada pelo senhor no livro *A Revolução de 1930*, que é o Estado de compromisso. Como que o senhor vê a possibilidade de utilizar essa categoria nos períodos recentes, ou no debate político recente?

B.F. – Olha, essa categoria foi bastante criticada, e eu tendo a concordar com muitos aspectos da crítica. Eu não creio que defina muito. Eu não creio que seja um conceito, digamos, ou uma noção que renda muita coisa. Eu não iria muito por esse caminho.

L.R. – Bom, então, eu acho que a gente pode voltar um pouco...

P.F. – Só uma última coisa sobre a Revolução de 1930, mesmo, que é mais uma pergunta quase... semiprovocativa. A Revolução de 1930 ainda tem alguma coisa para dizer para o Brasil?

B.F. – Olha, a revolução tem alguma coisa a dizer para o Brasil?

P.F. – O Brasil de hoje.

B.F. – De hoje? Não sei. Mas a Revolução de 1930 levou ao poder uma figura que marcou a história brasileira profundamente, que foi, como todo mundo sabe, Getúlio Vargas, e ela inaugurou um período muito diferente do Brasil, em parte pelas condições internas, em parte pela crise mundial. Então, quando eu discuti a história de não é a revolução da burguesia nacional, etc., eu nunca eliminei o fato de que ali existe um corte que eu considero importante.

P.F. – Perfeito.

L.R. – Logo depois da publicação do livro *A Revolução de 1930*, o senhor continua como consultor jurídico da USP, mas continua trabalhando com história, ou historiografia. Logo depois de *A Revolução de 30*, o livro que aparece como mais marcante é o *Trabalho urbano e conflito social*.

B.F. – É o livro seguinte.

L.R. – Por que estudar trabalho urbano e conflito social naquele momento?

B.F. – Pelas razões que eu te disse, porque era a preocupação... Eu tinha interesse e o Weffort tinha essa pergunta entalada na garganta: por que a classe operária não agiu, não se comportou como em milhões de escritos diziam que ela se comportaria? Quer dizer, o golpe seria barrado, dado o caráter democrático majoritário do nosso Exército e dada a repulsa ao golpe pelo movimento operário. Então, isso é quase... Os livros resultam de uma desilusão, a preocupação com esse tema.

L.R. – Então, falando de desilusão, como que o senhor, então, encaixa a questão... Logo depois, o senhor vai estudar os processos judiciais, crime, a construção dos processos de criminalização e incriminação. Então, como que essa desilusão se combina, nessa perspectiva?

B.F. – Não, aí, quando eu digo desilusão, não significa que o objeto não era interessante. Naquele período era, eu acho, bastante interessante, até para discutir como é que era - ou tentar discutir - como é que era essa classe operária brasileira e como toda a classe operária na esquerda do mundo era mitificada. Se esperava da classe operária um comportamento que não

se exigia das outras classes: a classe operária não poderia querer juntar dinheiro, não poderia poupar, não poderia gostar de ter uma casa arrumada, porque a classe vai redimir a humanidade. Então, a aproximação, digamos assim, das relações sociais com mais realismo foi muito importante. E eu gostei muito de escrever aquele livro, não tanto para discutir esse tema. Esse tema foi ficando. Porque como eu peguei o período anterior, eu não tinha que discutir... O 1964 não estava na minha cabeça; estava na cabeça do Weffort. Na minha, não, na minha ficou todo o período da Primeira República, o final do século XIX e tal. E daí a minha atração pelo anarquismo teve um peso muito grande. Eu me diverti muito falando sobre... não só sobre o anarquismo como perspectiva política, que era muito utópica e inviável no Brasil, mas sobretudo por uma coisa que eu acho que era muito interessante, que era uma cultura anarquista: a maneira de ver as formas de sociabilidade, como é que eles encaravam o baile, a festa, a versão puritana do anarquismo que se instaura, aqui no Brasil, nesses círculos. Isso eu gostei muito. Eu gostei muito disso. Agora, você me pergunta por que daí para o crime. O crime, eu acho que é, fundamentalmente, uma razão intelectual: é a procura por objetos novos. Eu tenho muita dificuldade... Não que eu critique, mas eu tenho muita dificuldade de imaginar uma pessoa que passa a vida inteira estudando alguém ou um determinado tema. Eu tenho dificuldade disso. Tem os encantos novos. Começam as coisas a brotar num campo completamente diferente. E aí o tema da criminalidade não tinha entrado no Brasil, mas tinha entrado com força na França, na Inglaterra, e eu comecei a ler esses livros e comecei a achar que isso dava samba. Aí, realmente, eu fiz um trabalho de arquivo, fiz muito um trabalho de historiador, uma coisa que hoje eu não teria forças para fazer, realmente, porque eu me joguei na poeira do Arquivo do Estado – era completamente desorganizado, e eu organizei coisas, para poder ter um objeto. E sobre esse livro, que eu gostei muito de trabalhar, sobre esse livro, eu tenho uma pequena... eu não diria mágoa; uma sensação de uma coisa não completa. O que eu quero dizer com isso? Seja lá por que razão for – talvez eu estivesse cansado, pelo tamanho do trabalho de pesquisa, o tempo do trabalho de pesquisa –, eu acabei fazendo um livro que poderia ser muito mais desenvolvido do que foi, tendo em vista o material que eu tinha. Eu tinha um material imenso.

[FINAL DO ARQUIVO BORIS_FAUSTO_20.08.2010_01]

L.R. – Porque o livro traz questões muito importantes que àquela época não eram discutidas, como, por exemplo, a questão das estatísticas criminais, os vieses que elas traziam, da dificuldade em se refletir, do ponto de vista estatístico, o que de fato acontecia. Então, qual que seria a frustração, considerando essa contribuição que é tão importante?

B.F. – Eu acho que eu acentuei muito esse lado empírico. Você tem razão, era importante fazer isso. Na época, era bem importante. Eu acho que duas coisas. Eu poderia ter teorizado mais. Por que eu não teorizei mais? Porque eu não consegui fugir da banalidade, de as classes dominantes se impondo e tal, que não acrescenta nada; que são até verdades, mas não acrescenta nada. Então, teoricamente, eu acho que poderia refinar mais o livro. E depois, eu tinha muito material para, não sei se você se lembra, eu seleciono tipos de crime. Então, o material que eu tinha, eu acredito que poderia ter enriquecido mais. Por exemplo, o crime de sedução, que é muito interessante como...

L.R. – Como que você constrói, do ponto de vista sociológico.

B.F. – Ali, cruzam mais coisas. Eu li muita coisa. Eu peguei a linha dominante e tratei da linha dominante. E nesse sentido é que... Não é que eu desgoste do livro, mas eu acho que eu teria chance de fazer uma coisa mais encorpada, digamos, mais fechada.

L.R. – Mas é um livro, também, que aproxima um pouco mais as suas duas formações. Digamos, é o livro que te traz um pouco mais para perto da questão da formação jurídica. Talvez, se o senhor não tivesse a formação... Se não fosse bacharel em Direito, ou não tivesse toda essa formação, seria um trabalho que fosse um pouco mais árido, mais difícil de ser feito.

B.F. – É, você usou a palavra certa, a expressão certa: *um pouco* mais difícil. Quer dizer, quando eu fui olhar os processos... O processo tem atalhos, tem caminhos que, para o leigo, à primeira vista, são caminhos complicados. Mas não há nenhum segredo. As pessoas aprendem. Tanto que gente que nunca foi ligada ao Direito fez uma quantidade de ótimos livros sobre crime e sobre criminalidade. Mas o olhar, esse olhar de advogado ajudou, digamos, a ir às coisas importantes do processo, e não ficar preocupado com os carimbos, que têm uma infinidade de coisas que, substantivamente, não tem relevância. Agora, é verdade também uma coisa, que se

há um ramo do direito de que eu sempre gostei, foi o Direito penal. Então, estava inscrito na minha história que algum dia eu ia mexer com isso. Só não fui advogado penal porque é difícil. Para você subir a uma categoria de advogado criminal importante, você, principalmente naquela época, que não havia grandes escritórios, você vai ter que lutar. É aquela coisa do advogado de porta de cadeia. É muito complicada.

P.F. – Quer dizer, não à toa, o senhor volta ao tema do crime no livro mais recente do senhor, *O crime do restaurante chinês*. Então, talvez fosse interessante o senhor fazer, já que nós estamos falando dessa área de crime, desses livros, uma certa comparação. Porque os livros refletem muito momentos historiográficos diferentes, do ponto de vista do campo da História e do ponto de vista do senhor. O senhor podia fazer essa comparação? O que tem de diferente em *O crime do restaurante chinês*, se a gente for comparar com o *Crime e cotidiano*?

B.F. – Gostei da pergunta. Não tinha pensado muito nisso. Eu acho que tem o seguinte: tem muito mais um investimento da história pessoal em *O crime do restaurante chinês* e não tem investimento da história pessoal, a não ser por essa via que nós falamos de gostar do direito penal, não tem esse investimento no *Crime e cotidiano*. Eu diria que o *Crime e cotidiano*... Comparativamente, o *Crime e cotidiano* é muito mais intelectualizado e *O crime do restaurante chinês* é muito mais sensorial, é muito mais afetivo.

P.F. – E isso tem a ver um pouco com a historiografia contemporânea?

B.F. – Tem a ver com a historiografia contemporânea, certamente, mas tem a ver com a idade. [risos] Tem a ver com a história pessoal. Eu te digo a idade porque em vez de tomar as coisas como objeto, eu me lancei. Por que eu me lancei e escolhi esse crime? Porque esse crime tinha me tocado lá atrás, em 1938. Então eu disse: “Bom, se eu quero fazer uma história de um crime, se eu quero fazer uma micro-história, é esse o crime que eu quero fazer.” E eu acho que... Ele saiu muito bem, modéstia à parte. Só que ele tem um problema: agora me trazem coisas, crimes espetaculares e não sei o quê, e eu digo: “Eu não vou fazer. Porque esse deu certo, e quase certamente vão dizer ‘não é a mesma coisa’. Então não dá.” [risos]

P.F. – Tá. Aproveitando, então, nesse período entre o *Trabalho urbano* e o *Crime e cotidiano*, o senhor tem um investimento grande, também, nos debates sobre imigração. Foi decorrência um pouco desses estudos do... Suponho que tenha a ver com os estudos sobre o anarquismo, sobre a presença... sobre a Primeira República como um todo. O senhor podia contar um pouco esse momento, como que o senhor entra nesse debate da imigração?

L.R. – Mesmo porque o debate da imigração se reflete no *Crime e cotidiano*, em certa maneira.

B.F. – Certamente, certamente. E de algum modo, em *O crime do restaurante chinês*.

P.F. – Também.

L.R. – De novo.

B.F. – Eu mostro aquela São Paulo de estrangeiros. E é uma coisa muito curiosa, porque os estrangeiros que estão envolvidos ali, do ponto de vista quantitativo, não têm nenhuma importância na cidade: é lituano, chinês. Bom, o tema da imigração, eu diria a vocês mais uma vez que aí tem duas vertentes. Eu acho que o mais forte é a vertente pessoal. Hoje eu vejo assim. Quer dizer, na minha casa, como as pessoas eram... os meus ascendentes eram todos estrangeiros, todos, meus tios, meu pai, minha mãe – minha mãe morreu muito cedo, mas se falava muito da minha mãe –, o tema do “como nós viemos”, “como a gente vivia lá”, “por que nós viemos para o Brasil”, “como é que nós fomos recebidos no Brasil”, esse tema era frequente. Se eu pudesse reviver esse pessoal, ou se eu morrer e conseguir encontrar com eles – eu não acredito, mas torço muito para estar enganado –, eu teria explorado como memória oral muito do que eu ouvi deles. Então, essa é uma vertente. A outra vertente é que realmente a preocupação com demografia e com o tema da etnicidade e o tema das identidades entrou na área de Ciências Humanas, e entrou tendo duas chaves básicas, que foram: as migrações internas e a onda da imigração em massa. Então eu explico um pouco por aí. Mas eu vou dizer a vocês uma coisa curiosa: eu nunca, apesar de ter, de certo modo, orientado um grupo de estudos sobre imigração, apesar de ter lido muitos trabalhos sobre imigração, apesar de ter publicado numa revista de estudos imigratórios de Buenos Aires um número só sobre o Brasil, quer dizer, eu coordenei o número. Tem vários trabalhos: tem o meu e tem de mais uma

outra pessoa, eu nunca escrevi um livro de história sobre a imigração. A imigração anda, assim, bem pertinho e não tenho um livro de história. Tenho um livro biográfico, que é o *Negócios e ócios*, autobiográfico. Aí, através da figura da minha família, tem uma micro-história da imigração.

L.R. – O senhor acha que esse exercício que mais tarde o senhor denomina de ego-história foi uma marca, no que se refere ao que o senhor produziu depois da publicação do *Negócios e ócios*?

B.F. – Não sei se foi. Acho que não. Porque o que eu produzi depois do *Negócios e ócios*? Eu produzi... *O crime do restaurante chinês* estava orientado... Tem a ver, porque ele tem um detonador que é um fato da minha infância, então, tem a ver com esse aspecto. Mas depois eu fiz coisas que estão longe disso. Eu fiz duas coisas por encomenda, que eu gostei de fazer, que foi: a *História do Brasil* e a biografia do Getúlio.

L.R. – Bom, agora falando, então, um pouco mais sobre as relações do senhor com os cientistas sociais da comunidade de países de língua portuguesa, em que medida as leituras, as obras portuguesas ou de outros países influenciou o seu trabalho ou a sua linha de pesquisa?

B.F. – Olha, o que realmente influenciou minha linha de pesquisa, não são historiadores de língua portuguesa. Os historiadores de língua portuguesa, especialmente os portugueses de Portugal, são, obviamente, muito importantes para que se entenda o Brasil colonial. É fundamental essa leitura e esse conhecimento. Como eu não lido com esse período, como nunca lidei com esse período, eu gosto de ler sobre esse período. Eu gosto de ler porque como eu não sei nada, então, tudo para mim é bom, é novidade, é interessante. Mas quem me influenciou muito foram os franceses e os ingleses, basicamente.

L.R. – Mas tem algum cientista social dos países de língua portuguesa que o senhor destacaria, alguém com o qual o senhor tem um diálogo profundo?

B.F. – Olha, desculpe te decepcionar, mas... [risos] Eu tive, sim, um diálogo de amizade e de conhecimento. Algo da história portuguesa que eu conheço, eu devo a um professor já falecido,

o Joaquim Barradas de Carvalho, que veio exilado – ele veio da França, estava na França há muitos anos –, como anti-salazarista, e ele veio dar aulas aqui no Departamento de História. Então, ele era um especialista em mentalidades da época do descobrimento e história do descobrimento. Então, essa faixa da história portuguesa, eu, através dele, eu li muita coisa. Realmente eu li muita coisa. Mas, digamos, foi... Não foi só para o curso dele, porque eu não precisava ler tanto para o curso dele; foi um interesse intelectual. Mas em que medida isso influenciou o meu trabalho? De alguma maneira influenciou, porque eu escrevi a *História do Brasil*. Então, aí tem uma influência dos portugueses. Eu conheci o Joel Serrão, o Vitorino Magalhães Godinho, mas conheci, assim, li algo e conheci pouco.

P.F. – Talvez, para a gente já ir caminhando para o fim, eu queria fazer uma pergunta para o senhor mais de ordem geral. Bem, a trajetória do senhor... O senhor é um dos historiadores mais importantes do país e a trajetória...

B.F. – Muito obrigado. [risos]

P.F. – A trajetória de vida profissional do senhor se confunde, também, com um desenvolvimento muito grande desse campo. O senhor mesmo fez referência a como isso era nos anos 1960, a Faculdade de História da USP como era e a gente vê como é hoje. Então, se o senhor pudesse dar uma visão geral de como o senhor vê o campo da historiografia brasileira hoje, como que, a partir da própria – pegando um pouco o ensaio de ego-história, nesse caso – a partir da própria experiência do senhor, como que o senhor vê o campo da historiografia brasileira no período atual?

B.F. – Olha, eu acho que nós demos um salto muito grande, porque nós passamos do tempo das grandes estrelas, poucas e raras, para uma massa de trabalhos muito grande. Alguns são piores, outros são melhores, mas a quantidade de monografias de média qualidade ou de boa qualidade que nós temos hoje é impressionante. E o rigor técnico, o pensamento das pessoas melhorou muito. Não vou dizer que chegamos a um ponto... O ponto ideal não existe. Mas houve um progresso efetivo nesse sentido. Quando eu falo nas estrelas, no passado... Hoje você não tem as estrelas, tipo Caio Prado; Gilberto Freyre, que tem um pé na História; Sérgio Buarque. Eu acho que... Eu não tenho essa pretensão. Não sei se há gente vaidosa que deve ter

a pretensão de se igualar a esses ou ser mais importante até do que esses. Eu acho que teve... No passado, você não tinha uma massa crítica, você não tinha um grande volume de trabalhos históricos, e você tinha essas figuras que, por vários caminhos, tiveram uma grande influência. Hoje, eu não digo que não haja pessoas, que não tenha influência. É claro que a gente tem influência. Mas eu acho que nós não somos esses heróis épicos do passado. Pode ser que eu esteja enganado. Mas, em compensação, nós temos uma quantidade, repetindo, uma quantidade de estudos bastante ponderável e eu diria que bastante boa. E a História tem uma vantagem sobre, por exemplo, a Filosofia: a História tem algo de concreto, porque se você fizer uma monografia com um tópico que tenha alguma relevância e bem feita, uma história de uma pequena cidade, de uma vila ou o que for, isso em si mesmo tem valor, tem qualidade. Enquanto que na Filosofia, você fazer pensamento original é muito, muito difícil.

P.F. – Tem algo mais que o senhor gostaria de acrescentar, de falar?

B.F. – Não. Como diziam os radialistas de outrora, agradeço a atenção dispensada, boa noite e até amanhã. [risos]

P.F. – Nós é que agradecemos.

L.R. – Nós é que agradecemos.

P.F. – Muito obrigado.

L.R. – Obrigada pelo seu tempo e por nos receber.

P.F. – Obrigado, professor.

[FIM DO DEPOIMENTO]